Sobre os sentidos da participação:

‘gestão da vida’ ou ‘alternativa democrática’

POR RAFAEL GOFFINET DE ALMEIDA E
FÁBIO LOPES DE SOUZA SANTOS

¶ QUANDO DISCORRE SOBRE o "horizonte de expectativas decrescentes" em que vivemos, Paulo Arantes (2014) tem como um de seus principais argumentos o esvaziamento do significado político da participação social, pelo menos enquanto horizonte de transformação alçado à vista de intelectuais, artistas e sociedade civil organizada desde os anos 1960. A certa altura, recorda o alerta de Ermínia Maricato em "Nunca fomos tão participativos" (2007 apud ARANTES, 2014, p. 430): "Nós batemos no teto. Nós batemos no teto da produção acadêmica. Nós batemos no teto dos movimentos sociais, nós batemos no teto das estruturas democráticas". O que aparecia como limite das práticas participativas sob a chamada "Nova Cidadania", que havia norteado a redemocratização do Brasil entre os anos 1980-90, era também um dos enunciados para a formação do que Arantes chamou de "tecnologias sociais de desmobilizar mobilizando o corpo dos governados" (2014, p. 430). Pois, de fato, na primeira década deste século, vimos surgir um sem número de políticas sociais funcionando como dispositivos de "gestão da vida", na acepção de Cibele Rizek, uma tecnologia de poder que naturaliza o empresariamento, inclusive entre populações dos chamados territórios da precariedade, despolitizando horizontes de vida na cidade (2011, p. 129).

Na tarefa a que Ermínia Maricato não se furtou, como sabemos, a de "reinventar a luta" (apud ARANTES, 2014, p. 431), propomos recuperar o conceito de "confluência perversa" discutido por Evelina Dagnino em artigo de 2004. Nele, nos deparamos com a disputa político-cultural entre "projeto político democratizante" e "projeto neoliberal" que marcou o aprofundamento da democracia entre meados de 1980 e início dos anos 2000. Ao distinguir os significados políticos da participação atribuídos por um e outro projeto, permite espiarmos tanto a centralidade que os processos participativos ocupam na expansão de certa racionalidade neoliberal, quanto os caminhos alternativos diante das urgências atualmente impostas pelo aprofundamento das desigualdades sociais agravadas pelo colapso ambiental.

Em primeiro lugar, Dagnino demonstra como a "autonomia da sociedade civil", subjacente à luta dos movimentos populares urbanos, converteu-se na "ação conjunta com o Estado" (2004, p. 100). Se o "questionamento do Estado como lugar e instrumento privilegiado das mudanças sociais", como se referiu Eder Sader (1988, p. 33), desafiava a ordem social vigente (autoritária), no momento seguinte, a auto-organização da sociedade civil passou a ser canalizada pela "institucionalização da participação". É nos novos espaços institucionais da participação – como a pioneira política de Orçamento Participativo, em Porto Alegre, ou o FUNAPS-Comunitário, programa de mutirões autogeridos de produção de moradias, em São Paulo, ambos de 1989 – que Dagnino localizou a disputa político-cultural. A "participação junto ao Estado" deu cabo, por exemplo, ao fortalecimento de ONGs e entidades do Terceiro Setor, constituindo-se como os "interlocutores confiáveis" em detrimento de organizações populares que representariam a politização desta interlocução.

A consequência mais dramática, expressão de Dagnino, recaiu sobre o próprio conceito de cidadania. A despolitização da luta por direitos, convertida em serviços oferecidos por meio de parcerias entre Terceiro Setor, agências internacionais de financiamento e o Estado, reorientou a política cultural dos movimentos sociais na direção de um horizonte privatista e individualista. Eis o ponto crucial da análise de Dagnino, quando sintetiza a distinção ético-política posta em questão. De um lado, a estratégia político-cultural da "nova cidadania" representava o "projeto de uma nova sociabilidade" (2004, p. 105). Vale recordar, brevemente, como a forma do mutirão autogerido baseava-se na conscientização para a construção de um outro espaço social, com outra compreensão sobre as relações de trabalho e também das formas de morar e de vida em comunidade. Ou seja, "a participação efetiva dos cidadãos no poder" e a "afirmação e o reconhecimento de direitos" pressupunha certa "prática de invenção de uma nova sociedade" (2004, p. 104). A conformação de uma "cidadania neoliberal", por outro lado, realizava uma sedutora conexão entre cidadania e mercado, aproximando o acesso à moradia, educação, saúde, saneamento básico e a noção de uma vida digna na cidade ao terreno privado da moral. Neste movimento, a emergência do voluntarismo e da filantropia espelham a redução do horizonte coletivo do "direito a ter direitos" em mera integração individual ao mercado. (2004, p. 105-106).

Parece urgente, portanto, desvencilharmos dessa armadilha, procurando o que os discursos e práticas da participação podem representar como construção coletiva e universalista de direitos de uma outra cidade. A ponte para os atuais problemas da moradia, no momento em que à complexidade fundiária se associa a trágica realidade das catástrofes climáticas, ainda que mereçam ser aprofundadas, indica alguns novos horizontes para pensarmos seu enfrentamento. Ela recompõe o debate sobre o papel social da Arquitetura e Urbanismo no compasso da urgente retomada do planejamento urbano e habitacional, sobretudo enquanto arena pública onde o desequilíbrio de forças entre coletividade e interesses privados deve ser combatido.

Nessa esteira, a atuação dos escritórios de assistência técnica despontaria como importante ferramenta para a configuração de um campo de inserção profissional que, próximo às demandas populares, se comprometesse com a construção de uma cidade mais justa e democrática. Uma lição que aprendemos das críticas à participação social, porém, exige um último alerta. Afinal, permanece o risco do engajamento com associações de moradores e movimentos populares mascararem as razões estruturais que produzem o tecido urbano desigual e precário sob a aparência participativa das ações compensatórias, individualistas e imediatistas. A participação social como prática arquitetônica não deve perder de vista a constituição de uma ampla política pública de habitação, tarefa que recuperaria a dimensão do dissenso político, evitando as lógicas do pensamento único empresarial e da pacificação. ✕

RAFAEL GOFFINET DE ALMEIDA
ARQUITETO E URBANISTA, MESTRE E DOUTORANDO NO IAU.USP-SÃO CARLOS, ONDE DESENVOLVE PESQUISAS ENTRE OS CAMPOS DA ARTE, CULTURA E CIDADE. TAMBÉM ATUA COMO DOCENTE NO CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA-RIBEIRÃO PRETO.

FÁBIO LOPES DE SOUZA SANTOS
PROFESSOR DOUTOR DO IAU.USP-SÃO CARLOS E MEMBRO PESQUISADOR DO NÚCLEO DE ESTUDOS DAS ESPACIALIDADES CONTEMPORÂNEAS, ATUANDO ESPECIALMENTE NO CAMPO DE INTERLOCUÇÃO ENTRE ARTE, DESIGN, ARQUITETURA E CIDADE CONTEMPORÂNEA.

Ocupação Em Busca de um Sonho, São Carlos-SP, 2018. FONTE: MARCEL FANTIN/MAITÁ-ATHIS

REFERÊNCIAS

ARANTES, Paulo Fiori. O novo tempo do mundo. São Paulo: Boitempo, 2014.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? Caracas: Faces, 2004, p. 95-110.

RIZEK, Cibele Saliba. Práticas culturais e ações sociais: novas formas de gestão da pobreza. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2011, p. 127-142.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. São Paulo: Paz e Terra, 1988.